



GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ISSN 2177-3688

A META 16.10 DA AGENDA 2030 E A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA DE MARIA TERESA CABRÉ

GOAL 16.10 OF THE 2030 AGENDA AND THE COMMUNICATIVE THEORY OF MARIA TERESA CABRÉ'S TERMINOLOGY

Suzana Queiroga da Costa Arcanjo - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Virginia Bentes Pinto - Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria Cleide Rodrigues Bernardino - Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Maurício José Moraes Costa - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os sintagmas verbais, como qualquer outro tipo, evidenciam a essência daquilo a que estão se referindo. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar os sintagmas verbais usados na meta 16.10 da Agenda 2030, se estão de acordo com os pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré. Trata-se de um estudo exploratório haja vista que nosso interesse se centra nas novas percepções terminológicas que possam trazer contribuições para melhorar a nossa compreensão sobre essa temática. Para tanto, nos amparamos nos pressupostos teóricos da TCT cunhado por Maria Teresa Cabré. Com esse propósito, foram estudadas as categorias temáticas relativas à: produção, transmissão e recepção sobre o arcabouço metodológico da pesquisa documental, analisando-se também as unidades léxicas “assegurar” e “proteger”, extraídas na meta 16.10. Os resultados evidenciam que a redação da meta 16.10 está estruturada com um texto constituído por três sintagmas verbais a saber: assegurar o acesso público à informação; proteger as liberdades fundamentais em conformidade com a legislação nacional; proteger as liberdades fundamentais em conformidade com os acordos internacionais. Levando em consideração a estrutura sintagmática dessa meta global, podemos verificar que ela se alinha às conjecturas teóricas da TCT elaboradas por Maria Teresa Cabré.

Palavras-chave: Agenda 2030; Meta 16.10; Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Sintagmas verbais.

Abstract: Verbal phrasings, like any other type, evince the essence of what they are referring to. In this sense, the research aims to analyze the verbal phrasings used in goal 16.10 of the 2030 Agenda, if they are in accordance with the theoretical assumptions of the Communicative Theory of Terminology (TCT) of Maria Teresa Cabré. This is an exploratory study since our interest is focused on new terminological perceptions that can bring contributions to improve our understanding of this theme. To this end, we rely on the theoretical assumptions of TCT coined by Maria Teresa Cabré. For this purpose, the thematic categories related to: production, transmission and reception on the methodological framework of documentary research were studied, also analyzing the lexical units "ensure" and "protect", extracted in goal 16.10. The results show that the wording of goal 16.10 is structured with a text consisting of three verbal phrasings, namely: ensuring public access to information; protect fundamental freedoms in accordance with national law; protect fundamental freedoms in accordance

with international agreements. Taking into account the syntagmatic structure of this global goal, we can verify that it aligns with the theoretical conjectures of TCT elaborated by Maria Teresa Cabré.

Keywords: Agenda 2030; Target 16.10; Communicative Theory of Terminology (CTT); Sustainable Development Goals (SDGs); Verbal Syntagmes.

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com a compreensão dos termos não é de agora. A literatura evidencia que desde a Idade Média o povo oriental já se preocupava com essa temática, particularmente com relação à nomenclatura das plantas, de órgãos do corpo humano e das doenças, como os trabalhos de Van Hoof (1989). Já no século XVIII Antoine-Laurent de Lavoisier estruturou uma terminologia no domínio da Química, Carl Von Linné (LINEU), na Botânica e na Zoologia e Jean le Rond d'Alembert com a edição da *Encyclopédie*.

Com todo o esforço para a padronização das linguagens de especialidades, somente a partir dos anos de 1930, é que a terminologia ganha mais destaque, com o engenheiro austríaco Eugen Wüster, que propõe em sua tese de doutorado denominada: A normalização internacional da terminologia técnica, a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Sua proposta estava ancorada na perspectiva de padronização dos termos para uso da linguagem especializada.

Com o passar dos anos, a TGT ganha inovação com os trabalhos de Jean-Claude Boulanger (1981) sobre a Socioterminologia no início dos anos 80 a qual adentra em outros campos do conhecimento fazendo com que ela venha atestar “[...] a necessidade de renovar a apreensão dos pesquisadores e responsáveis pelos problemas encontrados. Com efeito, o acesso às técnicas, tecnologias e ciências coloca novos desafios terminológicos e exige repensar os modos de intervenção nas práticas de linguagem [...]” (GAUDIN, 2005, p. 82).

Para Rey (1999, p. 123, tradução nossa) “[...] os países emergentes africanos, crioulos e de língua árabe e, sem dúvida, também para a maioria das civilizações asiáticas, a 'defesa e estabelecimento' das línguas nacionais conduzirá inevitavelmente a uma orientação sociolinguística da terminologia.”

Após essas iniciativas, pouco a pouco foi percebida a necessidade de avançar os estudos terminológicos que contemplassem outros aspectos relacionados ao uso dos termos,

bem como a sua compatibilidade com o agente cognitivo que se apropriará dos termos para diferentes fins.

Tal fato evidencia que estruturar uma terminologia não é uma tarefa fácil, assim como propor uma univocidade ao termo informação, objeto de estudo tanto da Ciência da Informação quanto de outras áreas do conhecimento. De igual modo como a informação, a terminologia possibilita estudos e pesquisas na perspectiva da homogeneidade dos termos em cada área de saberes visando reduzir as interferências no processo de comunicação entre os sujeitos nas áreas de especialidades.

Como foi visto, a terminologia passou por diversas abordagens que a conduziu a ser entendida como uma disciplina ou campo de estudos, um método, bem como um instrumento prático para a elaboração de fontes especializadas de informação (CABRÉ, 1999).

Na qualidade de uma disciplina ou campo de estudos, se encontram os alicerces teóricos e epistemológicos, tanto sua semelhança quanto sua diferença com outras áreas de conhecimento. Nesse ponto, vale ressaltar que os estudos estão voltados para o seu objeto de estudo, o termo.

Como método, caracteriza-se pela organização e tratamento dos termos ao realizar a descrição dos termos. Enquanto prática, a terminologia possibilita a construção de várias fontes de informação, a exemplo dos glossários, dos dicionários, traduções, tesouros, índices, enciclopédias, cabeçalhos de assuntos, como também na construção de uma redação técnica-científica, portanto integrada ao campo da Ciência da Informação em face desse caráter aplicado (SOUZA, 2011).

Deve-se levar em conta o caráter social da terminologia, uma vez que os termos não podem ser estudados apenas pelo viés de uma comunicação estandardizada, reducionista e idealista (ALMEIDA, 2003). Pelo contrário, eles devem ser estudados na ótica de uma linguagem clara, concisa e que faça parte do sujeito protagonista de sua ação. Buscou-se incentivar as discussões teóricas sobre esses três pilares no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento na CI: os pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) cunhado por Maria Teresa Cabré, o desafio da meta 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a terminologia.

Dessa forma, **questionou-se**: os sintagmas verbais usados na redação da meta 16.10 (Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em

conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais) estão de acordo com os pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré?

Em busca da resposta, traçou-se como **objetivo** de pesquisa analisar os sintagmas verbais usados na meta 16.10, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, da Agenda 2030 à luz da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

2 UMA LONGA CAMINHADA: da Teoria Geral da Terminologia (TGT) à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

Ademais, a nominação de todas as coisas da natureza, em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico, a preocupação com o avanço da terminologia também foi percebido e desempenha papel fundamental na pragmática de todos os campos de modo na perspectiva de minimizar as interferências no processo de comunicação e também os desafios enfrentados pelos pesquisadores ao descrever e aplicar um termo a uma nova ideia ou descoberta científica. Seu objetivo é fornecer uma compreensão mais abrangente e uma normalização das definições e dos conceitos científicos, favorecendo, assim, uma comunicação com menor interferência e, portanto, mais eficaz entre os profissionais da área

Essa mesma angústia também inquietou Eugen Wüster, cujo trabalho resultou no nascimento da terminologia como campo de estudo nos anos 30 do século XX, conforme apontado pela autora Maria Teresa Cabré (1999). Segundo essa autora, Eugen Wüster não foi o único pesquisador a se debruçar sobre os estudos da terminologia na Europa. Contudo, a sua tese sobre a TGT, intitulada ‘A Normalização Internacional da Terminologia Técnica’, defendida em 1931, foi um marco representativo para visualizar o campo de estudo da Terminologia e a consolidar enquanto disciplina.

O trabalho de Wüster logo aportou notoriedade para o engenheiro que passou a ser considerado por muitos estudiosos como o pai da Terminologia Moderna. O seu problema de pesquisa surgiu a partir de sua preocupação em resolver os ruídos na comunicação especializada técnica entre os sujeitos da sua área de atuação que era a padronização dos termos. Sua hipótese era que a própria língua (o léxico) seria a barreira linguística, uma vez que a mesma, pelas suas próprias propriedades, emergia naturalmente ineficiência e ambiguidade no processo da comunicação científica-técnica. Como solução, propõe a normalização dos termos – sistemas artificiais – nos domínios especializados do saber-fazer,

a fim de proporcionar a padronização internacional da comunicação de um determinado domínio particularizado, por meio da eficiência e da univocidade dos termos, ou seja, a normalização.

A dificuldade enfrentada por Wüster, a partir de sua prática profissional, continua até os dias atuais, pois a língua não é estática, pelo contrário, é dinâmica e com múltiplas aplicabilidades. A padronização dos termos em um domínio especializado do saber é uma das possibilidades para uma melhor comunicação entre seu público, contudo a normalização não deve ser vista com um fim em si mesma, pelo contrário, ela é uma peça no quebra-cabeça do processo da comunicação que se forma juntamente como os sujeitos, o contexto social e o léxico.

A TGT foi desenvolvida com um fim específico: padronizar o léxico de uma determinada área especializada, uma vez que o conhecimento científico é amplo e, antagonicamente, especializado. Além disso, a linguagem natural das comunidades sociais difere, em sua maioria, dos termos científicos.

Ciente da diversidade, polissemia e ambiguidade da língua, Eugen Wüster, em busca de uma eficiência e univocidade dos termos técnicos-científicos, estudou a terminologia a partir de uma visão representativa e prescritiva, como bem explica Almeida (2003, p. 214):

O propósito de difundir terminologias normalizadas que contribuíssem para uma comunicação inequívoca regeu todo o trabalho de Wüster e acabou dando à TGT a configuração de uma terminologia representativa, já que era preponderante denominar e etiquetar a informação, e prescritiva, pois as terminologias precisavam ser controladas para que a comunicação fosse inequívoca, eficaz, segundo Wüster.

Ou seja, a visão de Wüster era que o termo deveria ser estudado fora do seu contexto, um olhar *in vitro*. Em seu artigo ‘Estudo científico da terminologia: tendências’, a professora Hagar Espanha Gomes explica que a produção terminológica, como instrumento de comunicação especializada, era autossuficiente. O principal elemento nesse contexto é o conceito, que pertence a um sistema conceitual e não a um contexto linguístico (GOMES, 1994).

Pode-se comparar o processo de construção terminológico a um movimento de rotação em que os únicos eixos são os conceitos e, a partir disso, não possibilitam um outro movimento de translação que seria a língua natural. Assim, o caráter prescritivo e normativo sobre um olhar *in vitro* na construção dos termos focado na padronização, deixando de fora o

espectro descritivo da língua natural, foi fundamental para que novos pesquisadores buscassem entender, questionar e trazer possíveis soluções para as múltiplas facetas do objeto de estudo da Terminologia, isto é, o termo. Justamente por esses aspectos Benveniste (1989, p. 252) defende que

Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados [...].

O estudo das reflexões sobre a terminologia avançou cada vez mais à medida que foi percebida a necessidade de melhorar a comunicação, tanto entre os especialistas como também em outros campos do conhecimento e nos contextos psico-sócio-culturais do termo, a exemplo da Terminologia Cultural de Marcel Diki-Kidire (2009, p. 2) ao afirmar que cultura é sinônimo de

[...] um conjunto das experiências vividas, nas produções realizadas pelos conhecimentos gerados por uma comunidade humana que vive em um mesmo espaço em uma mesma época. Isto significa que existe, por uma parte, uma diversidade cultural tanto no espaço como no tempo, por outra parte, uma grande expressão da cultura que permite as diversas experiências e os diversos conhecimentos sedimentares nos arquivos da memória coletiva[...] acumulam na memória coletiva uma gigantesca experiência de conhecimentos acessíveis aos membros da comunidade [...].

Ainda no contexto do avanço das reflexões sobre terminologia, destaca-se que no Brasil, a partir da década de 1990, houve um certo movimento. A professora Enilde Leite de Jesus Faulstich da Universidade de Brasília se destacou nessa luta que resultou no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Lexterm). O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) estruturou um Setor de Terminologia que, inicialmente, preocupou-se com a temática da documentação, inclusive capacitando pessoas. Em 2018. A École de bibliothéconomie et des sciences de l'information Université de Montréal publicou a *Terminologie de base en sciences de l'information*.

Neste estudo, dedicar-se-á com mais detalhes à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) desenvolvida pela pesquisadora Maria Teresa Cabré que apresenta um olhar *in vivo* na formação do termo, o qual será discutido na seção seguinte.

2.1 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e o seu múltiplo olhar sobre o termo

Entende-se a TCT como uma perspectiva oposta à TGT. O contrassenso do saber científico, em particular na Terminologia, proporcionou um avanço no panorama social, cognitivo e linguístico nos estudos terminológicos, que em nosso entendimento, contribuiu para a emergência de um novo paradigma (KUHN, 1998) no âmbito da Terminologia. De acordo Cabré (1999), os termos são formados a partir da linguagem natural, eles não são excluídos de uma determinada realidade social, contrapondo-se assim à TGT.

No que diz respeito aos fundamentos da TCT, a fundadora Cabré (1999, p. 18) explica que:

La Teoría Comunicativa de la Terminología, además de partir de la Concepción de la unidad terminológica que acabamos de describir, se fundamenta en una serie de principios entre los que deseamos destacar dos: la necesidad de observar los términos en discurso real y representativo de su variación comunicativa y la aceptación de la variación denominativa y semántica como un hecho natural inherente al lenguaje y a la comunicación.

Conforme destacado por Cabré (1999), as bases da Terminologia Científica e Técnica (TCT) residem, primeiramente, no fato de que os termos são parte do discurso real, ou seja, são encontrados nos textos da literatura especializada de uma determinada área de conhecimento onde as unidades terminológicas são utilizadas. Dessa forma, os textos especializados estão inseridos em um contexto social específico, assumindo uma função social no processo comunicativo. Em segundo lugar, uma vez que eles fazem parte do sistema linguístico natural, a categoria variação é uma característica natural, conforme explica Cabré (1999).

Nesse sentido, concorda-se com Sales (2007) quando ressalta a necessidade de tratar de forma real a linguagem utilizada na comunicação especializada, como por exemplo no tratamento da informação voltada para os ODS e a Agenda 2030 “[...] exigindo daqueles que pensam a respeito da representação do conhecimento maior atenção às questões relacionadas ao princípio da poliedricidade e da variação linguística dos termos, do caráter comunicativo e das condições de linguagens naturais e especializadas.” (SALES, 2007, p. 11).

Nessa esteira, o olhar *in vivo* da autora sobre o papel do conceito em seu modelo teórico possibilitou entender como o movimento de translação faltou na TGT (CABRÉ, 1999). Além disso, de acordo com o pensamento de Cabré (1999), os conceitos estão em constante movimento dentro do sistema linguístico do qual fazem parte. Como resultado, estão sujeitos a variações, o que leva a diferentes significados dependentes do contexto sociocultural em

que estão inseridos. Portanto, a ênfase no processo comunicativo é o pilar dessa teoria. No Quadro 1 são apresentadas diferentes concepções sobre o termo no viés da TGT e da TCT.

Quadro 1 - As diferenças de termo para a TGT e a TCT

TGT	TCT
Unidades de um sistema artificial	Pertencentes ao sistema linguístico
Autossuficientes	Dependentes do contexto discursivo
Denominações normalizadas	Significações
Invariável	Variável
Conteúdo fixo	Conteúdo relativo
Unidade cognitiva	Unidade linguístico-pragmática

Fonte: Marina Waquil, Asafe Cortina e Liana Paraguassu (2017, p. 88).

Conforme apresentado no acima, ficam evidentes as diferenças em relação à natureza, às relações e à formação dos termos defendidos nas teses de seus idealizadores, Wüster e Cabré, bem como as possibilidades de construção de produtos terminológicos. Esses pressupostos teóricos são fundamentais para a TCT.

Sobre a TGT, Krieger e Finatto (2004, p. 189, grifo nosso) explicam que “[...] nos novos âmbitos teóricos, depois da TGT, ampliaram-se, por um lado, os tipos de unidades consideradas objetos de estudo da terminologia, e, por outro, **multiplicaram-se os aspectos passíveis de análise** [...]”. Sendo assim, vale-se dos pressupostos teóricos do TCT, uma vez que estes possibilitam estudar os termos *in vivo*, acerca das múltiplas dimensões sociais, cognitivas e linguísticas em determinado âmbito da comunicação, neste caso a Agenda 2030.

2.2 A Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável¹

A preocupação com o desenvolvimento sustentável em escala mundial não é algo recente. Conforme explica Corrêa (2021, p. 281), com base no Relatório Brundtland², o desenvolvimento sustentável pode ser definido como “[...] aquele que busca satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias. Almeja harmonizar três elementos centrais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente”.

¹ Título transcrito do documento: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Tradução: Brasil. Governo Federal. Nova York: ONU, 2015.

² Relatório publicado em 1987 com o título: Nosso Futuro em Comum, coordenado pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

No decorrer dos anos, foi possível observar distintas iniciativas voltadas à manutenção da qualidade de vida no planeta em diferentes nações, territórios e segmentos da sociedade global. Dentre as ações de maior proeminência, destaca-se que no início dos anos 2000, durante a Cúpula do Milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançava os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com o apoio de 191 nações, incluindo o Brasil, propondo o cumprimento de suas metas até o ano de 2015, objetivando o desenvolvimento de um mundo melhor (SILVA; LIMEIRA FILHO; MARTINS, 2022).

No ano de 2015, a ONU institucionalizou a Agenda 2030, cuja temática era ‘Transformando nosso mundo’, denominada de ODS. Composta por 17 objetivos e 169 metas, a Agenda 2030 conjuga uma diversidade de temas estabelecidos em consonância com as principais demandas da sociedade contemporânea, bem como se relaciona com questões mundialmente reconhecidas tais como o combate à pobreza e a da justiça social, dentre outras dimensões que são igualmente relevantes. Em síntese, a Agenda expressa-se como um plano de ação cujo ponto central de sustentação se estabelece sob cinco eixos: erradicação da pobreza; proteção do planeta; garantir que as pessoas alcancem paz e prosperidade com vistas à transformação do mundo (PESSOA *et al.*, 2019). Nesse sentido, Zorzo *et al.* (2022, p. 182), “A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com seus ODS desenvolvem ações de conscientização e mudanças significativas na sociedade e na indústria, promovendo inovações tecnológicas com a finalidade de melhorar os fatores econômicos”.

Trata-se, assim, de uma carta para as pessoas e para o planeta no século XXI, em que mostra o maior desafio global, um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, que é a erradicação da pobreza, em suas múltiplas formas e dimensões. A proposta da Agenda 2030 é ser “[...] um plano de ação para pessoas, para o planeta e para a prosperidade [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1), estimulando as ações dos países na busca pelo desenvolvimento sustentável. O documento que institui os ODS confere grande destaque à dimensão social, destacando a erradicação da extrema pobreza como o principal desafio global e trazendo como um dos pontos mais importantes e sensíveis para o desenvolvimento a redução das desigualdades. Na prática, esses 17 ODS serão responsáveis por orientar políticas públicas e atividades de cooperação internacional nos próximos 16 anos.

Os objetivos e as metas da Agenda 2030 são ambiciosos, indivisíveis, integrados e buscam promover o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a

econômica, a social e a ambiental. Nesse contexto, optou-se por trabalhar com o objetivo 16, a meta 16.10, que se apresenta no esquema no Quadro 2,

Quadro 2 - Objetivo 16, Meta 16.10	
ODS – 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes	
Meta 16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

Entende-se que os ODS se constituem metas a serem pactuadas por todos os indivíduos, na perspectiva de alcançar um estado de bem-estar social, equidade e igualdade de direitos para todos. Contudo, este estudo será analisado sob a ótica da TCT a meta 16.10, uma vez que ela constitui o *corpus* da pesquisa.

3 METODOLOGIA

A proposta metodológica deste estudo compreende a caracterização dos métodos e técnicas que possibilitem o alcance dos objetivos propostos. Sendo assim, define-se o método como o “[...] caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento [...]” (GIL, 2008, p. 8). Nesse sentido, consoante com os ensinamentos de Bufrem e Alves (2020), enquadra-se este estudo quanto às formas de abordagem da realidade, qualitativa; e do ponto de vista dos propósitos, descritiva.

Com vistas a subsidiar a análise, a pesquisa orienta-se nas diretrizes metodológicas do procedimento de pesquisa documental, tendo em vista que a técnica documental é realizada por meio da consulta a documentos originais que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor, como acentua Cellard (2008) e como explica Sampieri, Collado e Lucio (2013), se trata de uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Além disso, Cellard (2008, p. 395) acentua que “[...] o documento [...] constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante [...]”.

Para tanto, lançando mão do *corpus* da pesquisa, notadamente a meta 16.10, foi realizada, inicialmente, a segmentação em dois sintagmas verbais, conforme explicitado no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Sintagmas verbais da meta 16.10

SINTAGMAS VERBAIS	
1 Assegurar o acesso público à informação;	2 Proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional;
	3 Proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com os acordos internacionais.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para compor as categorias que possibilitaram a análise do *corpus* deste estudo, foram escolhidas: **a produção, a transmissão e a recepção**. Além disso, está amparada nos pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) da autora Maria Teresa Cabré. Desse modo, foram elencadas também duas unidades lexicais para análise, a saber: “assegurar” e “proteger”.

Importa mencionar que se trata de termos utilizados no cotidiano, porém assumem distintos aspectos no contexto da Agenda 2030, seja em contextos especializados ou nos distintos âmbitos em que são empregados, pois “[...] as variantes são resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica, faz do termo [...]” (FAULSTICH, 2006, p. 22). Nessa esteira, as unidades lexicais extraídas na meta 16.10 são analisadas fazendo interface com o contexto emergente da Agenda 2030, por entender que os termos que constituem os objetivos devem contribuir para sua apropriação por diferentes comunidades e favorecer a efetivação daquele pacto global.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A estrutura hierárquica dos sintagmas verbais que revela a meta 16.10 através dos verbos 'assegurar' e 'proteger' indica que os verbos no infinitivo expressam continuidade, ou seja, podem ser realizados a qualquer momento. Além disso, o uso da voz ativa sugere um sujeito implícito. Portanto, cada país comprometido com os objetivos da Agenda 2030 é responsável pela execução das ações.

Quando se trata das definições dos termos, tendo em vista que essa compreensão é fundamental para que as distintas comunidades se apropriem das metas e as coloquem em

prática, afirma-se que cada termo tem implicitamente um conceito bem delimitado, com sua origem etimológica no latim, notadamente: assegurar, ³*assecurare*; *proteger, protegere*⁴. Desse modo, como sugere Cabré (1999, p. 11, tradução nossa) o conceito deve “[...] remeter claramente a um conceito bem definido, diferenciado dos demais da mesma especialidade, mas articulado a todos por diferentes tipos de relações [...]”⁵. Nesse sentido, os conceitos são claramente delimitados, diferenciando-se uns dos outros o que ajuda a minimizar os ruídos na comunicação e favorece sua popularização e uso por parte das comunidades, ou seja, empregos que podem ocorrer não somente em contextos especializados.

Por conseguinte, quanto à categoria **Produção**, Cabré (1999, p. 10, tradução nossa) explica que “[...] a produção de um texto especializado (de nível alto e médio) exige um grau incontornável de competência na matéria que assegure que a estrutura conceitual desta área não seja transgredida [...]”⁶. Nessa esteira, depreende-se que só é possível produzir um discurso especializado através de um conhecimento profundo sobre alguma matéria específica. No que concerne à meta 16.10, entende-se que se trata de um constructo especializado, uma vez que no contexto da Agenda 2030, aborda-se com propriedade o acesso público à informação e às liberdades fundamentais, documento de autoria da Organização das Nações Unidas (ONU).

Compreende-se que os enunciados na meta 16.10 possuem uma estrutura conceitual especializada a qual vai além das relações morfológicas e sintáticas, eles se concentram nos conceitos essenciais do acesso à informação e às liberdades fundamentais que estão fundamentados na pragmática do corpo textual da Agenda 2030.

Quanto à categoria **Recepção**, Cabré (1999) explica que qualquer pessoa pode ser considerada como receptor, independentemente de seu nível de conhecimento sobre o assunto em questão. Aos que compreendem melhor, o tema abordado é chamado de destinatários, pois se trata de uma comunicação ‘experto-experto’, ou seja, destinatários são

³ Disponível em: <https://aulete.com.br/assegurar>. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁴ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/proteger>.

⁵ Texto original: “[...] se refiere nitidamente a un concepto bien delimitado, diferenciado de los demás de la misma especialidad, pero articulado con todos ellos por tipos diferentes de relaciones [...]”. (CABRÉ, 1999, p. 11).

⁶ Texto original: “[...] la producción de un texto de especialidad (a un nivel alto y medio) requiere un grado ineludible de competencia en el tema que asegure que no se transgrede la estructura conceptual de este ámbito [...]” (CABRÉ, 1999, p. 11).

os que por sua formação crítica têm o conhecimento prévio e suficiente da temática para entendê-la em sua máxima complexidade.

Nesse contexto, a meta da análise em questão tem sua recepção voltada para o público em geral, os cidadãos dos países. Na carta política da Agenda 2030 existem vários fragmentos textuais que convidam a todos a participarem e o tópico *um chamado à ação para mudar nosso mundo* é sua culminância. Vale ressaltar, que nessa categoria os estados-membros da ONU são os destinatários ‘experto-experto’.

Quanto à categoria **Transmissão**, Cabré (1999, p. 10, tradução nossa) esclarece que,

[...] o sistema de transmissão de conhecimento especializado geralmente não apresenta nenhuma peculiaridade em termos de canal. Existe discurso oral e escrito em todas as suas modalidades, e informações especializadas podem ser transferidas digitalmente, direta ou indiretamente⁷.

De acordo com a autora Cabré (1999) não existe um canal de comunicação único, bem como este pode ser um discurso oral ou escrito. A meta 16.10 se configura como um discurso escrito, na modalidade de gênero textual formal no qual o seu conteúdo foi organizado para ter um alcance universal, explicitando assim o papel social da comunicação.

Dessa forma, cabe pontuar que essa categoria é muito importante para difusão e divulgação da meta 16.10, em particular. Que apesar de estar formalizada por meio da comunicação escrita, ela pode ser transferida também pela oralidade, como por exemplo, em uma conversa entre amigos ou em uma festa de aniversário, entre outros. Não importa o canal e sim a sua transmissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo da pesquisa em analisar os sintagmas verbais usados no Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, meta 16.10, da Agenda 2030, com a finalidade de verificar se a terminologia usada está de acordo com a TCT da autora Maria Teresa Cabré entendemos que a categoria produção é um discurso especializado nos direitos humanos e no acesso público à informação, bem como os sintagmas verbais usados na construção desta pesquisa possuem unidades linguísticas-pragmáticas relacionadas ao

⁷ Texto original: “el sistema de transmisión de conocimiento especializado no presenta de manera general peculiaridad alguna en cuanto a canal. Existe discurso oral y escrito en todas sus modalidades, y puede transferirse información especializada vía digital, indirectamente o directamente [...]”. (CABRÉ, 1999, p. 10).

contexto do discurso. Dessa forma, a categoria transmissão ocorre por meio de um canal formal de comunicação, contudo nada impede de usar a comunicação oral, informal, para a divulgação e difusão.

No tocante à categoria recepção ela não é dirigida a um público específico e sim a todos, dentre eles entes governamentais, organizações internacionais, indivíduos inseridos no setor empresarial, membros da sociedade civil, organizações filantrópicas, grupos de voluntários, comunidades científicas, acadêmicas, entres outros. Contudo, só os destinatários ‘experto-experto’ - os Estados-membros da ONU - valendo-se do termo pontuado por Cabré (1999) possuem maiores condições para criarem ações mais efetivas para que a meta 16.10 seja atingida em sua plenitude.

Levando em consideração a estrutura sintagmática dessa meta global, podemos verificar que ela se alinha à língua vernácula dos Estados-membros da ONU. Dessa forma, a estrutura redacional apresenta uma lógica e uma coerência que facilitam a sua compreensão e a sua eficácia comunicativa entre os Estados-membros. Logo, o texto constituído pelos sintagmas verbais usados na redação da meta 16.10 (Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais) estão alinhados aos pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **TradTerm**, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2003.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989

BOULANGER, Jean-Claude. Une lecture socioculturelle de la terminologie. **Cahiers de linguistique sociale**, v. 18, n. 3, 1991.

BUFREM, Leilah Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho. **A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 129 p.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

- CORRÊA, Priscilla Pereira da Costa. A absorção da Agenda 2030 e seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável pelo judiciário brasileiro: resultados iniciais e perspectivas. **ReJuB - Revista Judicial Brasileira**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 277-300, jul./dez. 2021.
- DIKE-KIDIRE, M. Um enfoque cultural de la terminología. **Debate Terminológico**, n. 5, 2009.
- FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 27-31, jun. 2006.
- GAUDIN, François. La socioterminologie. **Langages**, v. 1, n. 157, p. 81-93, 2005.
- GAUDIN, François. **Socioterminologie: des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles**. Rouen: Universitaires de Rouen, 1993.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Hagar Espanha. Estudo científico da terminologia: tendências. **TradTerm**, São Paulo, v. 1, p. 97-106, 1994.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Borcony. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Tradução: Brasil. Governo Federal. Nova York: ONU, 2015.
- PESSOA, Zoraide Souza. *et al.* Acesso à energia e cidades sustentáveis: da Agenda 2030 às políticas na área da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, p. 31-48, 2019.
- REY, A. Terminology between the experience of reality and the command of signs. **Terminology**, v. 5, n. 1, p. 121-134, 1999.
- SALES, Rodrigo de. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2007. p. 1-14. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/172569>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- SILVA, Joyce Souza; LIMEIRA FILHO, Amilson Albuquerque; MARTINS, Maria de Fátima. Avaliação da governança na implementação dos ODS: Levantamento bibliográfico das contribuições teóricas ao tema (2015-2021). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e59611326932, 2022.
- SOUZA, Gisele Pereira de. **Linguagem de especialidade da Ciência da Informação: estudo exploratório a partir dos periódicos brasileiros da área entre 2005 e 2009**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- WAQUIL, Marina; CORTINA, Asafe; PARAGUASSU, Liana. **Terminologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
- ZORZO, Felipe Bernardi *et al.* Desenvolvimento sustentável e agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.